



## ESTÁGIO SUPERVISIONADO E IDENTIDADE PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS E POTENCIALIDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Paulo Roberto Felix dos Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho traz como premissa a compreensão do Estágio Supervisionado em Serviço Social enquanto solo fértil para a construção da identidade profissional do assistente social. Objetiva problematizar como esse espaço contribui para moldar uma identidade profissional, e suas principais determinações contemporâneas. Com um levantamento bibliográfico/documental verifica-se como o Estágio se constitui em um espaço privilegiado de potencialidades e desafios. Dentre estes se apresenta a precarização dos espaços sócio-ocupacionais; a tendência a uma instrumentalização do Estágio; e proliferação dos estágios não-obrigatórios. Por outro lado, é ancorando-se no nosso Projeto Profissional que busca-se alternativas de enfrentamento dessa realidade.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Estágio Supervisionado. Identidade Profissional.

### 1 INTRODUÇÃO

A conjuntura hodierna vem se configurando como um momento em que se aprofundam as transformações capitalistas recentes, sobretudo decorridas do processo de Reestruturação Produtiva no final dos anos de 1970. São transformações que incidem sobre as formas de ser e agir dos sujeitos, e se articulam nas esferas econômica, político-ideológica e social, atingindo, nesse sentido, as esferas da produção e reprodução social. Tais processos têm impactado diretamente o Serviço Social em suas múltiplas dimensões, afetando tanto seu segmento demandante, como à própria profissão em suas particularidades, inclusive na formação profissional, no âmbito do Estágio Supervisionado. Parte-se do pressuposto que o Estágio Supervisionado em Serviço Social constitui-se como um momento singular, síntese da relação entre formação e exercício profissional e isso incide diretamente sobre a constituição da chamada *identidade profissional*. É a partir dessa trama de tensões que decide-se elaborar esse trabalho. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é problematizar, de forma bastante sumária, dados os seus limites, de que forma o Estágio Supervisionado contribui para moldar uma dada identidade profissional ancorada no atual Projeto Ético-Político (PEP) que fundamenta hegemonicamente a profissão, bem como suas principais determinações na contemporaneidade. Para a elaboração desse artigo vale-se de uma pesquisa bibliográfica e documental a fim de subsidiar as argumentações defendidas aqui. Com isso, espera-se apontar algumas problemáticas e alternativas presentes nesse espaço preche em tensões, mas muito rico em possibilidades.

### 2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO E IDENTIDADE PROFISSIONAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Inicia-se essa discussão alertando que não é objetivo desse texto fornecer respostas prontas e acabadas, mas sim expor algumas problematizações acerca da temática a ser abordada. Para isso, faz-se necessário tratar de algumas premissas que, entende-se como fundamentais para pensar o Estágio, as determinações contemporâneas e a importância desse momento na constituição daquilo que denomina-se *identidade profissional*. Para

---

<sup>1</sup> felix\_aju2006@yahoo.com.br - Universidade Federal de Sergipe.



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,  
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

---

explicitar o que o Estágio representa toma-se de empréstimo algo que está posto no próprio documento da Política Nacional de Estágio (PNE, 2010), elaborado pela Associação Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que, somado a um conjunto de outros instrumentos norteadores, constitui um acúmulo do que a categoria de melhor vem produzindo no âmbito desse importante espaço da formação profissional. Assim, o referido documento indica ser o Estágio uma forma de:

[...] oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento das relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, *neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital* (ABEPSS, 2010, s/p, Grifos nossos).

O Estágio se constitui como um momento privilegiado da formação profissional. É fundamental advertir que falar em *privilegiado* não é mesma coisa que *exclusivo*. Essa ressalva é importante para que não se caia no equívoco de considerar o Estágio como um momento à parte da formação profissional. Quantas vezes não se ouve: “Quando saberei o que é o Serviço Social, de fato?” ou “Não vejo a hora de começar o Estágio para aprender o que é Serviço Social”. E em situações mais graves: “Agora eu joga fora tudo que aprendi até aqui e começo o meu aprendizado profissional colocando ‘a mão na massa’, aprender fazendo”. Trata-se da típica dissociação da teoria e da prática, tão bem explorada recentemente por autoras como Guerra & Forti (2011), e Santos (2012). Não há dúvidas que o Estágio Supervisionado é um momento singular, ímpar e se constitui como um espaço-síntese da formação profissional. Mas ele só pode adquirir esse *status* considerando todo o caminho percorrido pelo discente ao longo de um conjunto de componentes curriculares fundamentais e, portanto, indispensáveis à habilitação desse futuro estagiário. Desse modo, é a partir dessa extensa preparação que ao entrar no Estágio o discente reafirma a construção da sua identidade profissional. Fala-se, aqui, reafirma, por que reitera-se que não é no Estágio em que ela começa a ser construída, apesar de ser esse espaço um momento fundamental.

Contudo, crê-se que é pertinente uma indagação: E o que entende-se por identidade profissional? Parte-se, aqui, do entendimento da identidade profissional como um conjunto de caracteres próprios e exclusivos de determinado profissional, que por sua vez se vincula a uma dada imagem social da profissão. Ao se referir à identidade profissional do assistente social remete-se a um conjunto de atributos, competências, habilidades, conhecimentos e valores que devem conduzir o exercício profissional que reforçam a sua imagem social, e que se alicerça em determinações sócio-históricas, sendo construída e reconstruída ao longo da trajetória da profissão.

Essa imagem social não é aleatória. Ao contrário é tensionada por diferentes projetos de profissão, que por sua vez, de acordo com Netto (1999) se articulam a projetos mais amplos, como os projetos societários. Assim, ao considerar o que aqui se entende por identidade profissional, é importante ter a clareza de que se refere a um conjunto de atributos, qualidades, habilidades e competências que devem corresponder ao que se almeja como Projeto de Profissão. Obviamente que falar em Projeto de Profissão não deve desconsiderar a diversidade posta nos chamados “Projetos de Profissão”. Antes, porém, considera-se que mesmo em face de outros Projetos, aqui se destaca aquele que está posto hegemonicamente no interior da categoria e que fundamentalmente (mas, não só) se alicerça na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), no Código de Ética Profissional (Resolução CFESS N.º 273/93) e nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996), este último tendo passado por uma mutilação por parte do Ministério da



Educação e Cultura<sup>2</sup>, mas que não invalida a sua defesa como núcleo orientador da formação profissional.

Nessa perspectiva, trata-se da construção de uma identidade que busca forjar um profissional atuante nas expressões da questão social com vistas à formulação, implementação e gestão das propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABEPSS, 1997). Para essa finalidade seguem-se um conjunto de requisitos distribuídos em competências e habilidades sem os quais o perfil que aludi a pouco seria um mero dever, sem meios de sua efetivação. Nessa linha, requisita-se um profissional, e portanto, uma identidade profissional que, dentre outras características seja dotada de: capacitação teórico-metodológica que permita uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade; capacitação investigativa e ético-política que consolide os valores e princípios legitimados no atual Código de Ética de Serviço; capacitação para apreender as demandas – tradicionais e emergentes para formular respostas, estratégias, táticas e instrumentos que potencializem as tendências de enfrentamento da questão social aí presentes; e capacitação teórica para compreender a prática profissional como uma forma de trabalho determinado socialmente, possibilitando que o assistente social se reconheça como trabalhador assalariado e sujeito de sua atividade prática (Idem, ibidem)

É esse, portanto, o perfil profissional, e conseqüentemente, constituem elementos da futura identidade profissional que se almeja forjar em pretensos assistentes sociais. Portanto, refere-se a uma dada identidade que, em um movimento dialético, também expressa e ao mesmo tempo incide sobre o nosso Projeto Profissional hegemonicamente consolidado e assentado em uma perspectiva histórico-crítica, que se nutre da mais fecunda tradição marxista e que por isso “navega”, em uma “contracorrente”. É, então, o seu caráter histórico e “insubordinado” que se por um lado nos oferece um flanco de possibilidades, por outro, apresenta uma série de dificuldades diante daquilo que outrora citando a Política Nacional de Estágio apresentou-se como “[...] neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital” (ABEPSS, 2010). E é sobre essas determinações que o presente trabalho se deterá a partir de agora.

A primeira questão que merece ser problematizada refere-se a uma constatação, de início óbvia, mas que carrega em si um conjunto de implicações fundamentais à essa análise, que é o fato de o Estágio se identificar com os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Se numa primeira abordagem parece uma constatação elementar, considera-se que suas implicações não são apresentadas com tamanha obviedade assim, cabendo então analisá-las mais de perto. Ora, ao considerar a equivalência do estágio com os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, aponta-se que sobre os “ombros” desses estagiários sobressaem as mesmas determinações que incidem sobre o conjunto dos assistentes sociais. Em outros termos, o Estágio não se realiza em um espaço idealizado, à parte, separado das circunstâncias de atuação profissional. Isso se reflete em considerar que essa identidade profissional que vem se discutindo é forjada nas mesmas condições em que atuam os assistentes sociais.

---

<sup>2</sup>Sobre essa questão é importante registrar o depoimento da Profa. Marilda Iamamoto onde afirma “que a forma final assumida pelas diretrizes curriculares no texto legal, ao serem homologadas em 04/07/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), sofreu uma forte descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social. Esses elementos, exaustivamente debatidos pelo conjunto das unidades de ensino, pelas entidades representativas da categoria e referendados pela Comissão de Especialistas do MEC - da qual a autora foi membro -, sofreram cortes que comprometem o projeto original proposto ao Conselho Nacional de Educação (CNE)” (IAMAMOTO, 2012).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,  
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Portanto, se defrontam no mesmo lugar Formação e Trabalho Profissional. Tem-se, então, que esse processo se efetiva, majoritariamente, em meio às precárias condições de trabalho<sup>3</sup>, situações essas que afetam à qualidade dos serviços prestados, as dimensões éticas do trabalho, a garantia do sigilo profissional, o trabalho em equipes *multi* e *interdisciplinares*, dentre outras questões.

De outra sorte, diante de um contexto global de deterioração das condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora, tem-se o recurso cada vez mais constante à desqualificação e desvalorização do trabalhador. Nessa linha, pululam as ofertas do chamado Estágio Não-Obrigatório em Serviço Social, com vistas a dar vazão ao conjunto das demandas cada vez mais crescente, circunscritas nos processos de assistencialização das Políticas Sociais. Se para os estudantes essa situação aparece como oportunidades de emprego, aquisição de conhecimento e de antecipar o “colocar a mão na massa”, para muitas instituições demandantes esse recurso trata-se de responder às demandas pelos serviços com uma força de trabalho mais barata e mais adestrável, dadas as suas condições de inserção. Emerge dessa problemática uma tensão entre a necessidade de garantia da natureza pedagógica do Estágio e a sua subordinação às determinações das leis do mercado e torna-se imperioso enfrentar esse desafio. Nessa perspectiva, concorda-se com Abramides na certeza de que:

[...] Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra-barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador (2003, p.14).

Tem-se aí um campo muito preocupante, e que demanda da categoria – estudantes de Serviço Social, assistentes sociais e suas instâncias representativas, além das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) – a construção de estratégias coletivas de enfrentamento, o que implica o envolvimento de outros sujeitos<sup>4</sup>. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um movimento muito amplo dado o volume de estágios dessa natureza que vem se proliferando, sobretudo nesse contexto de precarização do trabalho, e a incapacidade por parte das Unidades de Formação Acadêmica e dos Conselhos de Fiscalização em acompanhar em sua integralidade todo esse processo.

Outro ponto que chama à atenção é a tendência que se verifica em diferentes espaços de atuação profissional correspondente à predominância da razão instrumental em detrimento da razão ontológico-dialética. Característica alinhada ao padrão de desenvolvimento capitalista<sup>5</sup>, que considerando a particularidade do Estágio em Serviço

<sup>3</sup>Mesmo em face das recentes Resoluções do CFESS 493/2006 – que versa sobre as condições éticas e técnicas do trabalho profissional – e 533/2008 – que dispõe sobre a supervisão direta de estágio.

<sup>4</sup> Destacam-se as ações de fiscalização realizadas pelos Conselhos Regionais de Serviço Social nas diferentes unidades da federação, o papel de algumas UFAs na realização de momentos de discussão do Estágio e o protagonismo da ABEPSS na edição do Projeto “ABEPSS Itinerante” em 2012, onde tratou, dentre outros temas, do Estágio Supervisionado. Dada a pertinência do tema no ano de 2014 realizou a 2ª Edição do Projeto cujo tema central foi o Estágio Supervisionado.

<sup>5</sup> Conforme aponta Silva “O funcionamento da ordem burguesa madura reafirma, cotidianamente, o tratamento imediato, fenomênico do real ao invés de estimular seu desvelamento [...]” Ainda para o autor “[...] até iniciativas aparentemente mais complexas, ditas “acadêmicas”, marcadas pelo ‘rigor teórico’, orientadas pela ciência burguesa de cunho meramente instrumental, descritivo e sem o menor compromisso com a necessária mediaticidade da vida social” (SILVA, 2013, p.74). Nessa perspectiva, parece se aprofundar o confronto entre dois polos antagônicos no interior da categoria profissional. Um que, ancorado das demandas do capital, se limita ao espaço do imediato, do “aqui e agora” e cujo critério de validade corresponde ao nível de eficácia imediata que a ação profissional pode proporcionar ao conjunto de usuários. Por outro lado, tem-se a razão ontológica que busca ir além do aparente articulando um conjunto de mediações que articulam os processos



Social surge desde a formação profissional e ganha um solo fértil para a sua maturação nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, lócus de realização dos estágios. Nessa perspectiva, tem-se uma hipervalorização do “como fazer” (este entendido como um conjunto de procedimentos sistemáticos que se aplicam bem à realidade), “esquecendo-se” de que as ações profissionais também são pautadas no “por que”, “para que” e diria “para quem” fazer, tudo isso em circunstâncias socialmente determinadas. Trata-se de uma tendência que ao negar a articulação das dimensões que conduzem o nosso exercício profissional, a saber, técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, nega a produção de possibilidades postas ao assistente social com implicações diretas no próprio Estágio em Serviço Social. Mas, isso é só um lado da moeda.

Todos os elementos expostos até aqui são extremamente desafiantes ao Serviço Social e à formação da identidade profissional do estagiário em Serviço Social. Porém, é fundamental partir da compreensão de que o mesmo campo em que essa realidade é ocultada abre possibilidades de se desvelar o que está por trás de sua aparência fenomênica. O mesmo espaço que oblitera é o mesmo campo que nos fornece um conjunto de estratégias de enfrentamento dessa realidade. Para isso é fundamental a apreensão do contexto cotidiano de afirmação do projeto hegemônico em que essa mesma sociabilidade se funda. Nela se apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Isso demanda uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais. Desse modo, pensar esse projeto profissional requer, como adverte Iamamoto, articular uma dupla dimensão:

[...] a) de um lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo- apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais (2006, p.171).

Nessa direção, trata-se de uma questão fundamental o investimento em uma apreensão crítica dessa realidade, ou, para usar outra expressão, “tomar um banho dessa realidade” (IAMAMOTO, 2005). É nesse contexto e a partir desse processo que o exercício da profissão, e portanto, a estrutura da identidade profissional exige:

[...] um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2006, p.171-72).

Historicamente os assistentes sociais dedicaram-se em larga escala à mera implementação das políticas públicas, o que nos marcos contemporâneos têm se reconfigurado e dessa forma incidido também na reconfiguração da identidade profissional tradicionalmente construída e que constrangia os/as assistentes como “executores terminais de políticas sociais” (NETTO, 1992). Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas tem aberto novas funções e competências. Destarte, os

---

singulares às mais variadas determinações universais, exigindo portanto um profissional culto e com competência que reafirme a radicalidade da análise dessa realidade.



assistentes sociais vêm sendo demandados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento e gestão, inscritos, via de regra, em equipes multiprofissionais. Também nessa linha, outros espaços têm sido ocupados pelos assistentes sociais e se abrindo como campos de realização do Estágio Supervisionado como atividades de implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, capacitação de conselheiros, acompanhamento e avaliação de programas e projetos sociais. Soma-se a essa ampliação a ocupação de demandas novas e/ou reconfiguradas que nos permite um redirecionamento do que vem sendo posto hegemonicamente. Cita-se aqui a inserção de vários profissionais e estagiários nos espaços do chamado “campo sócio-ambiental” e áreas do chamado “terceiro setor”<sup>6</sup>

É nessa conjuntura que se molda essa identidade profissional. Na construção de uma “democracia de base” que ultrapasse os limites da democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura, direcionada para outro padrão de sociabilidade, regido por outros valores, o que requer a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e sociedade, e depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada.

Sem cair em um voluntarismo, mas se remetendo às reais possibilidades postas no Estágio requisita-se um perfil profissional, e, portanto uma dada identidade que apresente características do profissional como culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defrontam os nossos estagiários em Serviço Social nas suas inserções e atuações cotidianas, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto abordado mostrou, de forma sumária, como o Estágio desenvolve um papel fundamental na constituição da identidade profissional do assistente social. Entender esse processo implica apreender quais os principais desafios presentes a esse espaço em meio à conjuntura adversa para o Serviço Social. Trata-se de perceber o Estágio como um espaço situado no entre-lugar da formação e do exercício profissional, e sobre ele incidindo todo o conjunto de transformações que impactam as Unidades de Formação Acadêmica e os campos de atuação profissional.

De outro modo, é fundamental o investimento na garantia da direção social apontada pelo Projeto Ético-Político hegemônico da Profissão que molda essa identidade profissional a fim de construir alternativas de resistência a esse processo, ainda em curso, com ações conjuntas e que envolva diversos sujeitos coletivos e entidades representativas da categoria de forma a potencializar as ações desenvolvidas no campo de estágio no fortalecimento do perfil dos nossos futuros assistentes sociais.

### REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. O ensino do trabalho profissional: O estágio na formação profissional. Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

---

<sup>6</sup>Como todos os outros campos sócio-ocupacionais tratam-se de espaços contraditórios. Advindo, em muitos casos, do aprofundamento do ideário neoliberal constituindo-se no bojo da ampliação da “solidariedade social” e da “responsabilidade sócio-ambiental”, tais espaços têm demandado com frequência a presença de assistentes sociais, constituindo-se, por sua vez, em campos de estágio supervisionado.



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,  
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL–ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_. *Política Nacional de Estágio (PNE)*. Brasília. 2010.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra”? In: FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda (org). *Serviço Social: Temas, Textos e Contextos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela Iamamoto. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005. 8ed.

\_\_\_\_. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: Mota, Ana Elizabete et al (org). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. 4ed.

\_\_\_\_. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão*. Brasília: CFESS, 2012.

NETTO, José. Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

\_\_\_\_. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente a crise contemporânea: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea*. Brasília: CEAD, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? In: *Revista Katálisis*. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun. 2013